



1º Encontro Internacional de Política Social e
8º Encontro Nacional de Política Social

1º Encontro Internacional de Política Social e 8º Encontro Nacional de Política Social

**“As transformações do Estado no mundo hoje”
10 a 13 de junho de 2013**

CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO: ASPECTOS RELEVANTES PARA ORGANIZAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA DO SEGMENTO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS*

*Mari Aparecida Bortoli***

*Carlos Nelson dos Reis****

Resumo

Este artigo apresenta uma discussão acerca das condições de vida e trabalho dos catadores de materiais recicláveis a partir das suas experiências de organização em uma cidade da Região Metropolitana de Porto Alegre/RS. Constatou-se que os catadores demandam uma forma específica de inclusão social pelo trabalho, na qual priorizam suas reivindicações em relação às suas necessidades de moradia, saúde, educação e assistência social. O acesso aos direitos sociais tornam-se itens importantes para a mobilização deste segmento de trabalhadores.

Palavras-chave: catadores; materiais recicláveis; organização socioeconômica.

Abstract

This article present a discussion about the conditions of life and job of the waste picker of recyclable materials, starting from their experiences of organization in a city of the metropolitan region of Porto Alegre/RS. It was confirmed that the waste picker demanded a specific way of social inclusion through their job, where prioritize their claims in relation of their necessity of habitation, health and social assistance. The access to the social laws became important items for the mobilization of that workers segment.

Keywords: waste picker; recyclable materials; socioeconomy organization.

* A discussão ora apresentada é um subproduto elaborado a partir da Tese de Doutorado realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS. Este recorte cumpre o propósito de submeter à discussão dos dados, em forma de artigo, para avaliação e publicação pela Comissão Científica do PPGPS, para o 8º ENPS.

** Doutora em Serviço Social pela PUCRS. Professora pesquisadora da UCSAL. Integrante dos Grupos de Pesquisa CNPq: Movimentos Sociais, Direitos e Políticas Sociais; Núcleo de Estudos em Políticas e Economia Social; E-mail mari.bortoli@hotmail.com

*** Doutor em Economia pela UNICAMP. Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e do PPGE da PUCRS. Integrante Núcleo de Estudos em Políticas e Economia Social, CNPq; E-mail cnelson@puers.br.

Introdução

Os catadores de materiais recicláveis constituem um movimento social por trabalho, forma pela qual reivindicam políticas de inclusão social e econômica, além de outros direitos sociais para a garantia de condições de vida e trabalho. Esses trabalhadores se organizam em associações e cooperativas, a partir de um conjunto de princípios e de uma estrutura que contempla bases orgânicas, comitês regionais e comissão nacional. Sob esse formato, eles mobilizam-se em torno da organização das atividades de coleta de materiais recicláveis em diversas cidades brasileiras e lutam pela transformação da sociedade. Neste sentido, a discussão ora apresentada contém uma perspectiva propositiva à organização desse segmento, de modo a contribuir para elucidar processos e manifestações de inclusão/exclusão na vida social.

Os processos de organização dos catadores de materiais recicláveis podem ser entendidos nas suas relações com o movimento social que emerge de uma situação política de luta por trabalho, moradia, aposentadoria, entre outras reivindicações, tendo em vista sua capacidade de mobilização nacional que pôs esse segmento em interação com outros grupos sociais, possibilitando uma mudança de *status* social.

Esse fenômeno pode ser delimitado histórica e socialmente, porém não se pode daí inserir a organização dos catadores como um todo. Para muitos, reconhecer-se como catador organizado em movimento social implica arcar com uma série de tarefas, modos e posição social, o que acarreta mais trabalho. Para outros, adotar o trabalho organizado é sinal de ser reconhecido pela sociedade, de ter uma identidade e de compartilhar suas experiências e criar formas de viver e trabalhar.

Essas contradições indicam que esses processos de organização se dão em torno de negociações acerca de um trabalho que não é reconhecido social e economicamente. Dito de outro modo, a organização do trabalho de coleta é um processo em construção a partir das experiências dos catadores, um processo revelado pelos instrumentos e meios criados por esses sujeitos para garantirem sua subsistência.

Os catadores organizam seu trabalho sob o regime de autogestão, entendida como uma forma participativa de administrar o trabalho e de ter a propriedade dos instrumentos utilizados como garantia de autoemancipação. Entretanto, os instrumentos que produzem ou acessam

para o trabalho de coleta são rudimentares, com uso de energia humana, longe dos produtos tecnológicos da microeletrônica, mas, nos seus processos de organização interagem com as diretrizes e políticas empregadas por conta do paradigma tecnológico atual, com suas novas formas de organização do trabalho.

Para analisar os processos de organização desses trabalhadores e as suas condições de vida e trabalho lançou-se mão de produções e publicações acerca das relações de trabalho ou relações sociais configuradas pela predominância do capital financeiro (IAMAMOTO, 2008), das políticas públicas de economia solidária (BARBOSA, 2007) e do desenvolvimento sustentável (SILVA, 2010).

Destacam-se, ainda, os estudos que tratam da trajetória de vida dos catadores relacionada ao trabalho com o lixo (MORAES, 2009), da construção da identidade de catador (BASTOS, 2008), do cotidiano dos catadores que vivenciam a exclusão e a pobreza (JUNCÁ, 2000) e do trabalho dos catadores para o desenvolvimento da indústria da reciclagem (MOTA, 2002).

Esses estudos analisam o contexto das transformações econômicas e sociais, no qual são redefinidas as relações de trabalho, impondo-se o desenvolvimento de políticas públicas voltadas ao enfrentamento das expressões da questão social. No marco destas análises, desenvolveu-se a pesquisa que deu ênfase ao estudo das relações que os catadores têm com seu trabalho, mais especificamente às relações que estabelecem mediadas pelo processo de produção e reprodução social, e as sociabilidades, conformadas no contexto das transformações socioeconômicas.

A discussão ora apresentada parte de uma pesquisa de natureza quanti-qualitativa, que buscou, na convergência e na complementaridade mútua, a obtenção de dados com maior nível de detalhamento e profundidade (MARTINELLI, 1999). Essa natureza também se denomina mista, visto que múltiplas técnicas de coleta de dados são utilizadas (CRESWELL, 2010). Desta forma, privilegiaram-se as técnicas de pesquisas bibliográfica, documental e empírica, integrando dados estatísticos, coletados em formulários, e o conteúdo de depoimentos, coletado nas entrevistas e nas observações.

Destaca-se que a referida pesquisa cumpriu os trâmites de avaliação dos requisitos científicos e éticos da pesquisa, com base nas orientações da Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional

de Saúde CNS. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa CEP/PUCRS, protocolo de pesquisa registro CEP 10/05243.

O universo da pesquisa que possibilita essa discussão é composto por uma população de aproximadamente 3.000 catadores de materiais recicláveis¹. Deste universo, a amostra da pesquisa é composta por 150 catadores que atuam nas atividades de coleta, organizados em grupo ou isoladamente. Para o levantamento dos dados primários, foram visitados catadores nos seus domicílios em 24 bairros do município, em diversos pontos de coleta e em duas associações, sendo uma destas atualmente uma cooperativa. Ao todo, foram realizadas 150 entrevistas com uso de formulário, composto por 50 questões, e 10 entrevistas, com um roteiro composto por 20 questões, além da observação de diversas atividades, em diferentes ocasiões, como reuniões e encontros.

Diante da riqueza e da amplitude do material coletado, os dados não são apresentados em sua totalidade. Na realidade, são introduzidas algumas categorias consideradas centrais para a compreensão das análises, com o propósito de mostrar que instrumentos e meios de trabalho são produzidos e acessados pelos catadores e que relações são produzidas e reproduzidas por conta das experiências de organização forjadas no cotidiano desses trabalhadores.

No que diz respeito à discussão ora proposta, o objetivo é apresentar alguns aspectos relacionados às condições de vida e trabalho dos catadores de materiais recicláveis, localizados em uma cidade da Região Metropolitana de Porto Alegre/RS.

Na sequência, são apresentados e discutidos apenas os dados relativos às condições de vida e de trabalho dos catadores na tentativa de caracterizar socioeconomicamente estes trabalhadores e tornar visíveis as relações que estabelecem na sociedade. A cidade não é identificada, assim como demais referências particulares aos catadores como nome próprio ou de sua organização social².

¹ Esta estimativa é do MNCR/RS. Esse número pode chegar a 5 mil segundo as estimativas da ONU. Para esta organização, 2% da população das cidades da América Latina e da Ásia constituem-se de catadores materiais recicláveis (DIAS, 2009).

² Cabe ressaltar que a discussão aqui apresentada é parte da análise realizada por conta da pesquisa de tese de doutoramento intitulada *Tecnologias e Sociabilidades: processos de organização de catadores de materiais recicláveis*, de autoria de Mari Aparecida Bortoli, orientada por Carlos Nelson dos Reis, defendida no ano de 2012. A pesquisa completa encontra-se em BORTOLI, M. A. *Tecnologias e Sociabilidades: processos de organização de catadores de materiais recicláveis*. Porto Alegre: PUCRS, 2012. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2012.

A atuação na coleta de materiais recicláveis como fonte da subsistência

Determinar o número de catadores nas cidades não é tarefa fácil. Eles não estão dentro das indústrias de reciclagem, local de processamento e transformação dos materiais recicláveis, tampouco estão dentro dos galpões de triagem, espaços privilegiados para garantir a invisibilidade da ocupação e do catador. Nas cidades do Brasil ou do mundo, os catadores estão nas ruas, catando materiais recicláveis. Alguns se organizam por intermédio de associações e cooperativas, mas, de modo geral, desenvolvem a atividade de coleta sem vínculos e arremetem aos intermediários³ o resultado diário do seu trabalho.

No que se refere à sua produção e à sua reprodução, esses trabalhadores protagonizam a condição de catadores, trabalhadores que atuam na coleta de materiais recicláveis como fonte da subsistência própria e dos seus familiares. São trabalhadores não assalariados, mas que cumprem papel decisivo para a indústria da reciclagem, sem, no entanto, serem partícipes desse processo industrial (MOTA, 2002).

Todavia, sua atividade relacionada à limpeza urbana lhes garante o desempenho de um importante papel para os poderes públicos municipais que, ao contratarem as associações ou cooperativas de catadores para a prestação de serviços, integram esses trabalhadores nas atividades de coleta seletiva urbana.

Na realidade, eles se encontram em um contingente de população que trabalha na condição de terceirizados. Na informalidade ou não, relacionados imediatamente com a dinâmica da produção, suas práticas ultrapassam os espaços das empresas, como requer a reorganização econômica e social encarregada de atualizar formas tradicionais de controle e subordinação (MOTA e AMARAL, 2006).

Longe de restringir esses trabalhadores às referidas formas, cabe lembrar outros segmentos sociais que compartilham condições semelhantes (ambulantes, artesãos, costureiras e outros), englobando atividades isoladas e outras que agrupam pessoas que não têm seus direitos como trabalhadores assegurados e que, portanto, têm seus processos mediados por condições sociais

³Trata-se de compradores dos materiais coletados pelos catadores nas ruas. Esses intermediários se estabelecem em pequenos depósitos, às vezes, nos próprios domicílios, onde negociam com catadores para posterior fornecimento de materiais recicláveis aos grandes compradores.

presentes na realidade e, por vezes, por ações públicas realizadas a partir de políticas de inclusão social e econômica.

Todavia, por ter somadas essas “duas dimensões de um mesmo movimento levadas a efeito pelo mercado e pelo agenciamento do Estado” (MOTA, 2002, p. 20), a ocupação de catar materiais recicláveis se tornou reconhecida oficialmente. Se, de um lado, avalia-se que o trabalho de coleta e os processos a ele correspondentes são mediados pela intervenção estatal e pela recomposição política da subalternidade dos trabalhadores (MOTA, 2002), de outro, a organização nacional dos catadores avalia a oficialização da ocupação relacionada à importância do trabalho do catador para cadeia da reciclagem; reconhece, porém, que o catador vive na miséria (MNCR, 2010).

De fato, as experiências em torno da organização socioeconômica dos catadores de materiais recicláveis envolvem relações complexas: a ocupação se expande entre os grupos pobres e miseráveis os quais se tornam trabalhadores da coleta seletiva urbana. Nesse contexto, os catadores, antes de tudo, vão buscar atender suas necessidades de habitação, saúde, assistência social, organizados como movimento social, além de reivindicarem a implementação de políticas de inclusão social e econômica diante da possibilidade de os poderes públicos municipais contratarem as associações e cooperativas de catadores para prestação de serviços de coleta seletiva.

Se do ponto de vista prático-operativo essas iniciativas podem ser equacionadas, do ponto de vista desta análise, surgem questões como: em que medida essas iniciativas operam de modo a engajar esse segmento de trabalhadores em uma rede de relações que os captura para a reprodução das relações estabelecidas? Nessa mesma direção, em que medida essas iniciativas contribuem para a produção de relações inéditas para o segmento de trabalhadores?

Antes, porém, de responder diretamente a essas questões é preciso saber como vivem esses trabalhadores, visto que essas características dão bases às ações desenvolvidas no âmbito das políticas de inclusão/exclusão social e econômica dirigidas ao segmento de catadores para geração de trabalho e renda.

De imediato pode-se afirmar que os catadores são trabalhadores cujas condições de vida estão relacionadas ao fato de viverem na informalidade, organizados ou não, e de viverem do lixo, em situação de pobreza e pauperização.

Muitas vezes, a imagem de homens, mulheres e crianças sobre um lixão, competindo pelos restos que darão substância à sua subsistência, tem sido utilizada para sensibilizar a população e compõe um item importante do mercado de imagens, cujas finalidades servem a diversos interesses e sujeitos. Todavia, se, para determinados ambientes, é importante produzir essa imagem, associando o catador ao ícone da degradação humana, para o próprio catador, ela representa o lugar de onde ele quer sair sem, no entanto, deixar de viver dos materiais recicláveis encontrados no lixo⁴.

De fato, o trabalho de coleta de materiais recicláveis é aceito pelo Estado, respaldado pelas empresas e útil para toda sociedade, culminando como uma *alternativa* ao crescente desemprego e à preservação ambiental e, também, como *objeto* de políticas de geração de trabalho e renda. Porém, a vivência dessas condições vai tecer experiências particulares de vida e trabalho para o segmento de catadores.

Na sequência são apresentadas algumas características dessa população incluindo idades, gêneros, assim como aspectos da composição e dos modos de organização familiar em relação ao trabalho, além de informações sobre os rendimentos provenientes da coleta de materiais recicláveis. Posteriormente, são apresentados os dados sobre suas as condições de vida, incluindo elementos associados às diferentes dimensões como moradia, saúde, escolaridade, entre outras. A análise dessas características é pertinente para dar visibilidade às relações que se estabelecem entre os diversos sujeitos e diferentes interesses em disputa por conta da organização deste segmento de trabalhadores. A particularidade das experiências permite problematizar suas formas de organização em torno das atividades de coleta⁵.

Características dos trabalhadores que atuam na coleta de materiais recicláveis

Em geral, a população de catadores entrevistada se caracteriza como de adultos/jovens, com uma média de idade de 38 anos; 84% deles têm mais de 26 anos. Entre esses, 61,3% se constituem por mulheres, demarcando o aumento destas no desenvolvimento da atividade de coleta. Segundo as lideranças do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis

4 Cabe sublinhar o documentário Estamira, de Marcos Prado (2006) e destacar o documentário Lixo Extraordinário, de Lucy Walker et. al. (2009).

⁵ Para a apresentação dos dados qualitativos são usados trechos das entrevistas e percentagens em relação aos dados quantitativos, optou-se pela não utilização dos gráficos, com o propósito de não sobrecarregar o texto com grande quantidade de informações visuais, dado o limite máximo de páginas deste artigo.

do Rio Grande do Sul MNCR/RS, essa situação mudou marcadamente nos últimos anos. Em uma situação de apreciação dos dados da pesquisa, uma liderança observou:

Como mudou! Há pouco mais de dois anos a maioria era de homens⁶.

Assim como se destaca o aumento do número de mulheres nas atividades de coleta, também se identifica que algumas delas estão nessa atividade há muito tempo, pois a ocupação não é recente na cidade:

Atuo na catação e triagem há mais de dezessete anos (CEA, 2)⁷.

Sou catadora há mais de vinte anos e faz doze anos que cato aqui no bairro (CEA, 4)⁸.

Eu tenho mais de trinta anos na catação (CEA, 1)⁹.

Também há mulheres que já trabalhavam como catadoras em outras localidades e por isso estão nessa atividade há mais tempo. A condição feminina no trabalho também implica a organização do espaço doméstico em função dos cuidados com os filhos. Para elas, a situação é bastante difícil, pois, durante o tempo que se dedicam ao trabalho, não têm possibilidade de delegar o cuidado dos filhos a terceiros.

Diante dessa realidade, relatam que o trabalho na coleta facilita, pois podem levar os filhos à escola e estar em casa quando eles regressam para as refeições. Para dar conta de trabalhar e cuidar dos filhos, elas saem dos bairros onde residem em pequenos grupos, em torno das quatro horas da manhã, e retornam próximo do horário de levar os filhos para a escola. Para algumas, essa é a única *viagem*; para outras, o final da tarde, quando as crianças já estão em casa, é hora de voltar para a rua para a segunda *viagem* do dia. Como se pode perceber, o aumento do número de mulheres nas atividades de coleta está relacionado à associação do trabalho que produz renda com a vida familiar.

O trabalho das mulheres na coleta de materiais recicláveis tem muitas facetas. Além de determinadas normas de gênero como capacidade para decifrar “os diversos materiais através

⁶ Catador de 26 anos, representante estadual e militante ativo do MNCR, participou de diversos eventos nacionais e internacionais.

⁷ Catadora de 48 anos, cooperada, atua na unidade de triagem e participa de atividades relativas aos grupos organizados. Já trabalhou como cuidadora de pessoas com sofrimento psíquico.

⁸ Catadora de 44 anos, cooperada, atua na coleta porta a porta nas ruas do bairro onde mora e nas ruas dos bairros vizinhos. É encarregada dos cuidados de cinco netos para possibilitar às filhas a realização do trabalho como empregadas domésticas.

⁹ Catadora com 53 anos, cooperativada, exerce liderança entre os catadores. Declara-se excluída do sistema educativo formal antes de concluir a 4ª série.

do toque, do olhar e do cheiro” (RIBEIRO, 2011), está relacionado ao aumento da pobreza e à extrema precarização das condições sociais as quais estão submetidas parcelas expressivas da população.

Os depoimentos também revelam a inserção no trabalho de coleta motivada pela necessidade; entretanto, a inserção nos grupos organizados é limitada devido ao preconceito e ao machismo:

Aprendi a catar com oito anos. Eu tinha uma família grande, passava fome (CEA, 3)

¹⁰

Acho que eles pensam que somos burras. Não reconhecem que as mulheres também são capazes. Se a gente é capaz de coordenar a família, a gente é capaz de muita coisa. Os homens se preocupam em serem orientados por mulheres (CEA, 1).

Esses depoimentos expõem as situações vividas pelas mulheres na realização do trabalho de coleta, semelhantes às relações históricas nas quais elas têm sido submetidas ao trabalho precarizado. Observou-se que, na organização local, realizam o trabalho tanto nas ruas quanto nas unidades de triagem, mas não existem mulheres na representação política do segmento. Desse modo, podem-se constatar outras desigualdades se perpetuando no interior da própria organização.

Além de constituírem a maioria no desenvolvimento do trabalho de coleta, as mulheres também são maioria na chefia dos lares. Dentre os entrevistados, 61,3% são mulheres, chefes de família, responsáveis pelo provimento de condições de subsistência para seus grupos familiares, os quais 34% são compostos por 3 a 5 pessoas. 88% dos entrevistados têm filhos e, em 31,3% das famílias, o número de filhos varia de 2 a 4. No Quadro 1, para sintetizar, apresenta-se a quantificação dos dados sobre algumas características das famílias e dos seus rendimentos:

Quadro 1: Síntese da composição e rendimentos do grupo familiar dos catadores de materiais recicláveis de uma cidade da Região Metropolitana de Porto Alegre/RS.

Especificação	Situação	Porcentagem
Gênero	Feminino	61%
Filhos no grupo familiar	Sim	88%
Número de filhos por família	2 a 4	31,3%
Numero de pessoas na família	3 a 5	34%

¹⁰ Catadora de 60 anos, cooperativada, atua na coleta porta a porta. Mora sozinha e encarrega-se dos cuidados de uma neta para a filha trabalhar como faxineira.

Número de catadores na família	1	69,3%
Rendimentos do grupo familiar	De R\$ 300,00 a 600,00	42,7%

Fonte: Elaborado a partir de dados estatísticos coletados com uso de formulário.

As situações das pessoas que compõem os grupos familiares são diversificadas. Observou-se que muitas famílias acolhem familiares que não ingressaram no mercado de trabalho formal, ou que estão desempregados e também aqueles que desenvolvem outras atividades informais concomitantemente, as quais, porém, não lhes garantem a constituição do seu próprio grupo familiar.

Pode ser constatada a presença de filhos na fase adulta que saíram de casa em busca de trabalho e, por não se inserirem no mercado formal, tiveram de regressar, assim como outras pessoas com vínculo de parentesco ou não. Também é comum o acolhimento de pessoas pelo fato de desenvolverem a mesma atividade. Isso demarca uma solidariedade forjada pela condição comum em que esses se encontram, qual seja: de desemprego. De certo modo, diante do desemprego, o grupo familiar é encarregado de dar conta das condições de subsistência de todos os seus membros.

Observa-se, também, que a realização da coleta tem muito a ver com o trabalho empregado pelo grupo familiar. Ainda que as crianças não participem diretamente da coleta realizada nas ruas da cidade, elas desenvolvem atividades de triagem e de separação dos materiais recicláveis, realizadas nos quintais das próprias casas. Na realidade, o trabalho de coleta, e, principalmente, o de seleção, envolve todas as pessoas que vivem no domicílio.

Por sua vez, os rendimentos que para 42,7% dos entrevistados variam entre R\$ 300,00 a R\$ 600,00/mês não são determinados somente pelo número de pessoas que catam na família, mas pelo tempo de trabalho dedicado à catação, pelos locais onde a coleta é realizada, pelo domínio técnico que permite o reconhecimento de materiais com maior ou menor valor, entre outras variáveis.

A análise dos dados mostra que a grande maioria dos catadores entrevistados, 68,7% é de origem urbana. A configuração atual do município condiz com essa realidade, pois dos 255.660 habitantes, 243.497 vivem no espaço urbano (IBGE, 2010). Entretanto, essa concentração urbana contribui para o aumento da demanda e, conseqüentemente, para a

valorização da moradia, tornando-a quase impossível para as pessoas pobres, neste caso, para os catadores de materiais recicláveis.

Além disso, se as expectativas de emprego geradas pelo aumento do número de indústrias, de um lado, atraem populações de diversos municípios, de outro, contribuem ainda mais para aumentar a demanda e encarecer a moradia. 94,7% dos catadores entrevistados são provenientes de outras cidades do Estado e moram em bairros e áreas afastadas do centro da cidade. Submetidos ao pagamento de aluguéis de menor preço, por vezes, os catadores declaram que são explorados por estelionatários que tanto vendem quanto locam casas construídas em áreas públicas:

Comprei essa casa e pago R\$ 200,00 por mês, mas não tenho os documentos porque o terreno é da Prefeitura¹¹.

Situações como essa foram constatadas quando se perguntava sobre as condições de moradia dessa população¹². Observa-se que os catadores, com muita frequência, moram em áreas de ocupação irregular, nas proximidades de fronteiras com áreas loteadas ou de preservação ambiental, mas, principalmente, nos bairros com menos condições de habitabilidade.

Dentre os entrevistados 25,3% residem em um bairro que se formou entre os anos de 1999 e 2000, com a chegada de pessoas provenientes de diversos municípios, em busca de melhores condições de vida e trabalho. As pessoas ocuparam um terreno privado e, para se manterem no local, tiveram de comprá-lo. Assim, na primeira metade da década de 2010, os moradores formaram uma cooperativa, adquiriram o terreno, lotearam-no e distribuíram-no entre seus sócios¹³.

Nesse mesmo bairro, em 2004, foi identificado o maior índice de pessoas responsáveis por domicílios sem rendimentos (PMPA, 2004). Sob o argumento de que a ocupação é recente, o bairro não oferece serviços públicos de infraestrutura: em muitas casas, a utilização da luz é irregular, não tem água encanada e o esgoto é a céu aberto. Nessas condições, os moradores se

11 Catador de 40 anos que reside em área de preservação ambiental. O comentário foi feito na ocasião das entrevistas estruturadas (DIÁRIO DE CAMPO, 2010).

12 Essas situações foram apresentadas às lideranças locais para serem discutidas com os órgãos correspondentes. Muitos catadores que vivenciam essas situações temem ser “expulsos” dos locais, tanto pelos “donos” quanto pelos órgãos do poder público municipal (DIÁRIO DE CAMPO, 2010).

13 Trata-se de uma cooperativa habitacional que busca doações de restos de materiais de construção como tijolos, areia, telhas, madeiras, portas, entre outros, para facilitar a ajuda na construção das casas dos cooperados, conforme informações colhidas com o presidente da cooperativa e veiculadas em folders.

mobilizam para reivindicar acesso aos referidos serviços por meio da associação de moradores e da articulação com outras instâncias¹⁴.

Uma conquista da mobilização dos moradores resulta na implantação de uma creche municipal, a qual limita o ingresso dos filhos de mães com vínculo empregatício comprovado. Neste caso, a situação de trabalho das catadoras, caracterizada pela informalidade, não condiz com essa exigência, o que implica não poderem contar com esse serviço. Como resultado, as crianças, muitas vezes, permanecem sozinhas em casa ou acompanham as mães no trabalho de coleta nas ruas, situações que, por vezes, leva à intervenção do Conselho Tutelar.

A segunda maior concentração, com 11,3% de moradia de catadores, está localizada distante 18 km do centro da cidade. Neste local, está situado o aterro sanitário da cidade e duas unidades de triagem de materiais recicláveis que os catadores denominam de galpões¹⁵. Muitos dos catadores residentes neste local são membros de duas associações de catadores¹⁶. Apesar de significativas diferenciações entre as associações, desde suas composições até as articulações e os vínculos com outras entidades, as duas foram constituídas com a finalidade de agrupar os catadores retirados do lixão, em função de orientações do poder público local, que responde, por sua vez, a determinações políticas voltadas a extinguir o problema de pessoas vivendo e trabalhando em áreas destinadas ao depósito de lixo.

Foi assim que esses catadores deixaram de realizar a coleta de materiais recicláveis no lixão, passando a se dedicar às atividades de seleção do material reciclável entregue nas unidades de triagem pelo poder público municipal. Para os catadores desse bairro, essa é a única possibilidade de trabalho, haja vista a distância entre os galpões e as possibilidades de coleta nas ruas do centro da cidade. Cabe destacar que, junto à primeira associação funciona uma

14 Em 2010, a Rio Grande Energia (RGE), em parceria com o Ministério Público, com a Câmara de Vereadores e a com a referida cooperativa, desenvolveu o Programa de Eficiência Energética, com o propósito de orientar os moradores para novos hábitos de consumo de energia. Cabe lembrar que, quando a energia é regularizada, muitos moradores não têm como pagar as taxas e acaba tendo de retornar ao uso irregular.

15 O termo *galpão* é utilizado como sinônimo de *unidade de triagem* e *entreposto*. Os galpões são estruturas físicas nas quais se realiza a seleção, classificação, enfardamento, pesagem, entre outras atividades como a comercialização dos materiais recicláveis.

16 Uma das associações foi formada em 1997 e é composta por catadores oriundos do lixão e catadores das ruas da cidade, mas também por outros trabalhadores informais, por profissionais como sociólogos, agrônomos e pedagogos. A segunda associação foi formada exclusivamente por “catadores do lixão” no ano de 2000. Diante da implantação de um aterro sanitário, os catadores foram proibidos de realizar a coleta naquele local (DIÁRIO DE CAMPO, 2010).

cooperativa de catadores¹⁷, de recente formação, cuja finalidade é a de atender as exigências de contratação para prestação de serviços na área da coleta seletiva, previstas na Lei nº 11.445 (BRASIL, 2007) e definições estabelecidas pela Lei nº 12.305 (BRASIL, 2010).

O terceiro bairro onde vive 10,7% dos catadores é denominado de vila e situa-se à beira de uma estrada da cidade. Este local é muito importante para a história da organização dos catadores porque muitos moradores são provenientes de Porto Alegre e ocuparam a referida vila para atuar na organização dos catadores de materiais recicláveis da cidade. Com as entrevistas, identificou-se que muitos desses moradores são das mesmas famílias. A proveniência de Porto Alegre e o propósito de organizar o segmento de catadores na cidade da Região Metropolitana são situações relatadas pelos entrevistados ao se referirem às formas como iniciaram suas atividades de coleta. No conjunto de reivindicação dos moradores desse bairro, inclui-se o cadastro para a obtenção de casas dos programas de habitação popular, mediado pelas lideranças de catadores com o poder público municipal.

Nesta localidade, com fundos provenientes de programas e projetos sociais, os catadores construíram, junto às suas próprias moradias, um espaço para a realização de atividades de separação, armazenamento e comercialização de materiais recicláveis. Um incêndio, em 1999, interrompeu essas atividades, as quais, em 2001, foram transferidas para os galpões de triagem localizados junto ao aterro sanitário da cidade.

Desde então, o referido espaço passou a abrigar atividades de formação dirigidas a mulheres, jovens e crianças. Desenvolve-se, no local, um projeto de escola alternativa, cuja proposta engloba atividades com aulas de violão e teatro para os filhos dos catadores, além de oficinas de costura e artesanato com uso de materiais recicláveis. As ações são realizadas, esporadicamente, por meio do trabalho de voluntários ou dos próprios catadores.

Nos demais bairros onde se concentram 52,7% dos catadores, as situações de acesso aos serviços e à infraestrutura se assemelham. De modo geral, o que se observa nesses bairros é que o poder público é alheio à criação de condições mínimas de habitabilidade para essas populações. Essas situações levam os moradores a recorrerem às suas próprias soluções: “compram” os lotes de estelionatários, “emprestam” água dos moradores dos bairros vizinhos através de encanamentos clandestinos, às vezes, feitos por dentro de valas e esgotos, entre

17 A cooperativa foi formada em 2009, pelos membros, entre outros. São membros da cooperativa: catadores participantes de uma das associações e outros profissionais como sociólogos, pedagogos, agrônomos.

outros desvios possíveis para a garantia de condições mínimas de vida e trabalho, já que muitas vezes este é realizado nos próprios domicílios.

Os tipos de construção têm muito a ver com as configurações urbanas da cidade. A maioria dos entrevistados, 62,7%, declara a casa como própria, porém as áreas nas quais estão construídas nem sempre estão regularizadas. Assim, a condição de casa própria aqui se caracteriza pelo não pagamento de aluguel, visto que o terreno sobre o qual a casa foi construída não é propriedade do catador. Muitos declaram que as construções foram possibilitadas graças a recursos provenientes de doações ou, então, oriundos da venda de materiais recicláveis.

Em geral, as casas dos catadores são construídas com material de fácil acesso, obtido durante a atividade de coleta; 76% das casas são de madeira. O número de cômodos varia de três a quatro para 50,7% dos pesquisados. De forma geral, os cômodos consistem em um ou dois quartos, uma cozinha e um banheiro.

Quadro 2 – Síntese das condições habitacionais dos catadores de Gravataí

Especificação	Situação	Porcentagem
Condição de ocupação	Própria	62,7%
Tipo de construção	Madeira	76,0%
Número de cômodos	Entre 3 e 4	50,7%
Iluminação elétrica	Irregular	52,7%
Abastecimento de água	Não	55,3%
Esgotamento sanitário	Céu aberto	73,3%
Banheiro	Sim	80,7%

Fonte: Elaborado a partir de dados estatísticos coletados com uso de formulário.

Durante as entrevistas, foi possível observar que as casas são, muitas vezes, construídas próximas às áreas regularizadas e à rede regular de iluminação elétrica, o que, por sua vez, facilita a realização das instalações irregulares. Do total de residências, 52,7% utilizam iluminação elétrica irregular.

Com o abastecimento de água, a situação é semelhante: 55,3% informam não contar com esse serviço. No entanto, pode-se observar que o acesso à água é possibilitado através de encanamentos produzidos pelos próprios catadores, com mangueiras e outros canos de plástico que, inclusive, tornam visíveis a irregularidade do serviço e a precariedade do acesso.

Algumas vezes, a água é proveniente da rede geral, outras vezes, de poços abertos diretamente na terra.

O esgotamento sanitário é a céu aberto em 73,3% das residências e 80,7% dos entrevistados declaram a existência de banheiro em suas casas. O que também se observou, em alguns casos, foi apenas a existência de sanitários, ou seja, um local, coberto ou não, que dispõe de vaso sanitário ou buraco para dejetos.

Cabe destacar, no tocante às condições de habitabilidade, que os serviços de água, luz e esgoto, embora constituam necessidades básicas, portanto, direitos de todos, geram taxas. Assim, para esse estrato da população, considerando a renda que consegue obter com o trabalho de coleta, o acesso a esses serviços gera um problema impossível de resolver: o do pagamento das taxas geradas no acesso aos serviços regulares.

As limitadas condições de habitabilidade, de modo geral, acentuam-se quando os trabalhadores se ocupam com a coleta de materiais recicláveis, que, muitas vezes, exige que os materiais sejam triados e classificados nos quintais e pátios das próprias residências as quais se tornam também locais de acúmulo de resíduos gerados na seleção de materiais recicláveis.

O trabalho de coleta, associado ao tipo de construção e à ausência de condições sanitárias, como acesso à água encanada e ao esgotamento, tornam essa população vulnerável a doenças e a sérios problemas de saúde. Todavia, esses trabalhadores se submetem a condições insalubres, visto que suas atividades, na maioria das vezes, são realizadas a céu aberto. Os entrevistados destacam problemas como pressão alta e complicações respiratórias e reumáticas, os quais muitas vezes inviabilizam o trabalho que exige força e exposição a intempéries. Mesmo para os catadores organizados, os cuidados com a saúde são adiados em função das exigências do trabalho:

Na cooperativa, se eu não trabalho, eu não recebo; assim, não posso tratar dos meus problemas de saúde (CEA, 3).

Problemas cardíacos, de diabetes e HIV também foram declarados pelos entrevistados, além de problemas de coluna, pressão baixa, depressão, nervos, varizes e “inflamatório”, classificados como *outros*. Este é o item de maior ocorrência de problemas de saúde,

declarado por 58,0% dos entrevistados. As declarações de doenças foram dirigidas aos itens do instrumento de coleta de dados utilizado nesta pesquisa.

Entretanto, a partir da observação realizada durante a aplicação do referido instrumento e da participação em diferentes atividades dirigidas ou organizadas pelos catadores (oficinas, reuniões e encontros) e em decorrência da aproximação à realidade destes trabalhadores, pode-se perceber que o uso de álcool e de outras drogas, figura como importante questão no que diz respeito à saúde.

É possível observar o uso de álcool entre os homens, mas também entre as mulheres; o uso de medicamentos psicoativos como calmantes e antidepressivos, principalmente entre mulheres, além do uso de outras drogas entre homens, mulheres e crianças. As manifestações das mães, em relação ao fato de ministrarem medicamentos indicados pelos médicos com a finalidade do controle da hiperatividade das crianças, também chamam atenção. Algumas mães, seguindo orientações médicas, acreditam que esses medicamentos auxiliam no controle das crianças e dos adolescentes.

Quanto à escolaridade dos entrevistados, a maioria não concluiu o ensino fundamental. Compõem essa população alguns que nunca frequentaram a escola e outros que não concluíram o ensino primário. O interesse de retorno ao ensino formal é manifestado por exatamente a metade dos entrevistados. Durante as entrevistas, uma catadora questiona:

Você sabe por que alguém é catador? Porque não estudou e não sabe fazer outras coisas (CEA, 1).

Na realidade, o argumento da catadora reproduz aquilo que o sistema determina: associar o nível de escolaridade à empregabilidade, e esse é o pensamento da sociedade em geral. Essa associação não se dá por acaso, visto que existe um investimento em associar o sistema educacional aos interesses econômicos naquilo que refere o exercício formal de trabalho. Essa lógica é replicada globalmente e reforçada pela incorporação de recomendações provenientes de agências internacionais.

Cabe ressaltar que essa relação entre escolaridade e empregabilidade está instalada nas práticas sociais do cotidiano e se manifesta na constituição de um modo de pensar que se naturaliza. Dessa forma, fica justificado que este contingente de 78% dos catadores

entrevistados que não concluiu o ensino fundamental esteja realizando o trabalho em condições precárias e em situação de informalidade.

Não se pode desconsiderar que a cidade, local desta pesquisa, tem as piores taxas de alfabetização do Estado (IBGE, 2010) e um alto índice de industrialização, o que por sua vez reforça a grande concentração de pessoas não escolarizadas no trabalho informal. Desse modo, a lógica que associa a baixa escolaridade ao desemprego ou ao trabalho informal, antes de levar em conta a ascendência da escolaridade no aumento do trabalho formal, poderia considerar outra via de análise: a alta concentração de não escolarizados no trabalho informal como efeito da exigência de escolaridade para o exercício do trabalho formal.

Percebe-se que o nível de escolaridade, tomado como índice de capacidade para o trabalho, inviabiliza a inserção no mercado formal de um contingente de pessoas com baixa escolarização, mas que detém capacidade intelectual e, por vezes, técnica. O contrário também acontece, visto que 11,3% dos entrevistados concluíram o ensino fundamental e médio sem com isso garantir um posto de trabalho no mercado formal.

Outro aspecto que contribui para a caracterização da população de catadores de materiais recicláveis diz respeito ao acesso dessa população aos direitos e benefícios sociais. Quase metade dos entrevistados não acessa nenhum benefício social. A inclusão no Programa Bolsa Família (PBF)¹⁸, de transferência de renda atinge menos da metade dos entrevistados; outros recebem aposentadoria ou estão incluídos no Benefício de Prestação Continuada (BPC)¹⁹ e no Programa de Atenção Integral à Família (PAIF)²⁰. Esses programas são executados no âmbito da política de Assistência Social.

¹⁸ Este programa é dirigido às famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza. Para estas, é concedido o valor de R\$ 70,00, independentemente da constituição familiar. Para as famílias em situação de pobreza, o valor do benefício recebido pode variar de R\$ 32,00 a R\$ 306,00 (MDS, 2012). Os requisitos para fazer parte do programa são os seguintes: famílias com renda de até R\$ 70,00 por pessoa; famílias com renda de R\$ 70,01 a R\$ 140,00 por pessoa, com gestantes, nutrizes e crianças de 0 a 12 anos e adolescentes até 15 anos; famílias com renda de R\$ 0,00 a R\$ 140,00 por pessoa, que possuam, em sua composição, adolescentes de 16 e 17 anos. A inclusão no programa está condicionada ao cumprimento de compromissos nas áreas da educação e da saúde (CEF, 2012).

¹⁹ Este benefício garante a transferência mensal de um salário mínimo vigente ao idoso com 65 anos ou mais e à pessoa com deficiência de qualquer idade, com impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que, em interação com diversas barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (MDS, 2012).

²⁰ Este programa tem como público famílias em situação de vulnerabilidade social; prioriza o atendimento dos beneficiários que atendem os critérios de participação de programas de transferência de renda e benefícios assistenciais e pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situações de fragilidade (MDS, 2012).

A observação do número de pessoas aptas a receber o BPC mostra uma grande discrepância em relação ao número declarado. Esse dado não permite fazer afirmações, mas pode levar a interpretações sobre os efeitos das exigências para a concessão do benefício. Nesse caso, a condição de trabalhador na coleta, que levaria o catador à perda do benefício, seria um impeditivo da afirmação da sua inserção no referido benefício.

A princípio pode parecer que esse dado é tomado no seu aspecto negativo, todavia, no quadro de referências a que se tem acesso, ou seja, considerando a dimensão de concessão dos benefícios pautada pela imposição do não exercício formal de trabalho, ele se torna positivo. Na realidade, torna-se natural, ao ser considerado como trabalhador da coleta de materiais recicláveis, que o entrevistado negue o recebimento do benefício. Um dado que reforça essa interpretação é o do baixo índice de contribuintes da previdência social, apenas 3% dos entrevistados. Entretanto, 9,3% se declaram aposentados em decorrência da contribuição com a previdência social durante a realização de outras ocupações.

Durante as entrevistas, uma catadora, membro de uma cooperativa, revela suas dúvidas em relação a sua condição de contribuinte da previdência social:

Se ‘tem’ algum benefício ser da cooperativa, eu não sei qual é. Acho que tem INSS, mas nunca vi os recibos (CEA, 1).

Cabe ressaltar que o acesso aos direitos e benefícios sociais é tema debatido em oficinas organizadas pelos e para os catadores, nas quais eles são orientados sobre seguridade social, especificamente sobre a previdência social, visto que os integrantes do MNCR/RS acompanham e participam da Mobilização pela Previdência Especial aos Catadores. Com a mobilização nacional, reivindicam a inclusão do catador como segurado especial, a contribuição de 2,3% da renda para o INSS, a aposentadoria aos catadores por tempo de serviço sem contribuição. Trata-se da reivindicação da garantia de seguridade social para cerca de 800 mil trabalhadores que atuam na coleta e o fim dos impostos patronais para as cooperativas populares²¹.

Esses itens foram debatidos em oficinas como soluções, propostas por meio de projeto de lei, para a garantia de benefícios aos catadores organizados em associações e cooperativas. Entretanto, observa-se a ausência de um debate sobre a constituição histórica do direito à

²¹ Informações colhidas a partir das observações realizadas nas oficinas do programa CATAFORTE, realizadas durante o ano de 2010 em todo o território nacional.

previdência social, o que pode provocar uma lacuna na compreensão do seu acesso, dando a entender, muitas vezes, que este é limitado à decisão de aprovação ou não de uma lei; como se a inclusão dos trabalhadores no sistema previdenciário dependesse apenas da boa vontade dos governantes, ou, então, que a seguridade social se limitasse a si mesma, longe das condições impostas pelas políticas econômicas e pela conjuntura política.

Cabe lembrar que o surgimento do direito previdenciário tem a ver com a presença política dos trabalhadores, com as primeiras lutas pela jornada de trabalho e com a formação das caixas de mutualidades. São esses os “embriões da previdência social” e, nesse contexto, “o trabalho é o elemento que determina a justaposição contraditória entre previdência e assistência social, o que em tese geraria uma cobertura para todos, inseridos e não inseridos na relação salarial” (BEHRING, 2008, p.154).

Contudo, as transformações no mundo do trabalho repercutem em alterações na luta política dos trabalhadores, provocando o predomínio da política de assistência social entre as demais políticas de seguridade social. Assim, de um lado os catadores reivindicam o direito à previdência social, campo das políticas de trabalho e, de outro, ações de geração de trabalho e renda, no âmbito das políticas de inclusão social e econômica, desenvolvidas no campo da política de assistência social.

De modo geral, os dados apresentados demonstram a precariedade das condições em que vivem os catadores de materiais recicláveis. Essas condições demandam uma forma específica de inclusão social pelo trabalho, na qual os catadores priorizam suas reivindicações em relação às suas necessidades de moradia, acesso aos serviços de saúde, educação e assistência social. Essas necessidades, porém, são condicionadas pela própria criação de condições de trabalho.

As reivindicações das políticas de saneamento estão, em parte, limitadas, pois *garantir uma política de saneamento*, objetivo veiculado nos diversos eventos realizados por esses trabalhadores, muitas vezes, implica muito mais a busca da integração dos catadores para a prestação de serviços na área da coleta seletiva, prevista na Lei Nº 11.445 (BRASIL, 2007) do que o acesso aos serviços de saneamento básico nos espaços onde moram. Desse modo, essa reivindicação associa-se mais à possibilidade de constituição de espaço de trabalho, diante da

expectativa de pagamento pelos serviços de coleta seletiva²². Com isso, os catadores não atingem as próprias condições de saneamento básico. Ademais, mesmo que constem das pautas de reivindicação do segmento, essas condições não são efetivadas.

Considerações finais

Para concluir a tematização sobre condições de vida e trabalho dos catadores, ressalta-se que o acesso precário à habitação e a demais direitos tornam-se itens importantes para a mobilização social desse segmento de trabalhadores. Essas condições se constituem em um ponto de partida para buscarem os serviços sociais que deixaram de ser planejados pelos poderes públicos, mas que passaram a ser oferecidos mediante as reivindicações de organizações de moradores, movimentos sociais, ou outras organizações da sociedade civil.

Entretanto, se de um lado a precariedade em que vivem os catadores, assim como outros trabalhadores, demarca a omissão do Estado no atendimento às necessidades sociais básicas das pessoas, de outro, pauta a intervenção desse mesmo Estado para a realização de políticas focalizadas, tornando legítima a atividade de coleta para a sociedade e eficiente para a indústria da reciclagem.

Enfim, são também essas necessidades imediatas e condições de vida e de trabalho que modelam as reivindicações apresentadas pelos catadores, tanto no âmbito local quanto no nacional. Portanto, é claro, são essas mesmas necessidades de sobrevivência que vão impulsionar a inserção dos catadores na coleta seletiva, bem como definir os objetivos e os meios de ação utilizados por eles em seus processos de organização.

Conclui-se, portanto, que mesmo que suas necessidades constem das pautas de reivindicação, suas condições de vida e trabalho expressam a exclusão de um conjunto de direitos sociais garantidos constitucionalmente e a inclusão em ações focalizadas de geração de trabalho e renda. Estes processos, por um lado, competem para manutenção e precarização das suas condições e pela reprodução das relações estabelecidas, por outro, fomentam resistências e lutas por vida e trabalho.

²² A investigação da possibilidade de pagamento por serviços ambientais urbanos, focados nos catadores de materiais recicláveis, indicou os benefícios potenciais da reciclagem para a sociedade brasileira, no caso de encaminhamento dos resíduos sólidos para a reciclagem, e não para os lixões e aterros (IPEA, 2010).

Referências

BARBOSA, R. N. C. **A economia solidária como política pública**: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.

BASTOS, V. P. **Catador**: profissão: um estudo do processo de construção identitária do catador de lixo ao profissional catador. Rio de Janeiro: PUCRJ, 2008. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2008.

BORTOLI, M. A. Tecnologias e Sociabilidades: processos de organização de catadores de materiais recicláveis. Porto Alegre: PUCRS, 2012. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2012.

BRASIL. **Lei Nº 11.445** diretrizes para o saneamento básico. 2007.

_____. **Lei Nº 12.305** que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos. 2010.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2007.

IAMAMOTO, M. V. **Trabalho e indivíduo social**: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista. São Paulo. Cortez, 2006.

_____. **Serviço Social em tempo do capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo. Cortez, 2008.

JUNCÁ, D. **A mão que obra no lixo**. Niterói, RJ: EdUFF, 2000.

MARTINELLI, M. L. (org.). **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras Editora, 1999.

MORAES, C. A. S. Catadores da sobrevivência: a “matéria viva” no cenário do lixo. **Revista Vértices**, v. 11, n. 1, 2009.

MOTA, A. E. Entre a rua e a fábrica: reciclagem e trabalho precário. **Temporalis**, ABEPSS, Brasília, ano 3, n. 6, 2002.

_____; AMARAL, A. S. Estruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: _____. (org.) **A nova fábrica de consensos**: ensaio sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas do serviço social. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MNCR. MOVIMENTO NACIONAL DE CATADORES DE MATERIAS RECICLÁVEIS. **A crise financeira e os catadores de materiais recicláveis**. 2009. Disponível em <http://www.mnrc.org.br/artigos/a-crise-financeira-e-os-catadores-de-materiais-reciclaeis>. Acesso em 01 de dezembro de 2010.

PRADO, M. **Documentário**. Estamira. Brasil, 2006.

SILVA, M. das G. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável**: um desafio ético político ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2010.

WALKER, L. (dir.). **Documentário**. Lixo Extraordinário. Brasil, 2009.